CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 650/26

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

Constituição Federal.

Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências.

Lei Federal nº 10.519, de 17 de julho de 2002, que dispõe sobre a promoção e a fiscalização da defesa sanitária animal quando da realização de rodeio e dá outras providências.

Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências.

Lei Complementar Federal nº 135, de 4 de junho de 2010, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para instituir hipóteses de inelegibilidade destinadas à proteção da probidade administrativa e da moralidade no exercício do mandato.

Lei Federal nº 13.426, de 30 de março de 2017, que dispõe sobre a política de controle da natalidade de cães e gatos e dá outras providências.

Lei Federal nº 14.064, de 29 de setembro de 2020, que altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para aumentar as penas cominadas ao crime de maus-tratos aos animais quando se tratar de cão ou gato.

Constituição do Estado de São Paulo.

Lei Estadual nº 9.509, de 20 de março de 1997, que dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.

Lei Estadual nº 11.977, de 25 de agosto de 2005, que institui o Código de Proteção aos Animais do Estado e dá outras providências.

Lei Estadual nº 12.916, de 16 de abril de 2008, que dispõe sobre o controle da reprodução de cães e gatos e dá providências correlatas.

Lei Estadual nº 16.308, de 13 de setembro de 2016, que dispõe sobre penalidades às pessoas que cometerem maus-tratos a animais domésticos na forma que especifica.

Matéria DSP 12223/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 17/08/2026 e juntado ao PL 650/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=755744.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

Lei Estadual nº 16.794, de 12 de julho de 2018, que obriga todos os pet shops, clínicas veterinárias e estabelecimentos do ramo a colocar cartaz que facilite e incentive a adoção de animais e dá outras providências.

Lei Estadual nº 17.477, de 16 de dezembro de 2021, que obriga os condomínios residenciais e comerciais localizados no Estado a comunicar aos órgãos de segurança pública a ocorrência de casos de maus-tratos a animais.

Lei Estadual nº 17.497, de 27 de dezembro de 2021, que altera a Lei nº 11.977, de 25 de agosto de 2005, para instituir o Programa de Proteção e Bem-Estar dos Animais Domésticos, criar o Registro Único de Tutor, aumentar as penalidades para maus-tratos animais e dar outras providências.

Lei Estadual nº 17.640, de 17 de fevereiro de 2023, que dispõe sobre a obrigatoriedade de comunicação aos órgãos de segurança pública da ocorrência ou de indícios de maus-tratos a animais constatados por estabelecimentos de atendimento veterinário.

Lei Orgânica do Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 11.359, de 17 de maio de 1993, que proíbe a realização de rodeios, touradas ou eventos similares.

Lei Municipal nº 11.616, de 13 de julho de 1994, que dispõe sobre a instituição da Campanha Permanente de Esclarecimento aos Proprietários de Cães e dá outras providências.

Lei Municipal nº 12.327, de 16 de abril de 1997, que institui no Município de São Paulo a Campanha de Controle Populacional dos Cães e Gatos do Município de São Paulo, acompanhada de ações educativas sobre propriedade responsável de animais, e dá outras providências — declarada inconstitucional.

Lei Municipal nº 13.131, de 18 de maio de 2001, que disciplina a criação, propriedade, posse, guarda, uso e transporte de cães e gatos no Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 13.767, de 21 de janeiro de 2004, que regula o Programa Saúde Animal – PSA, instituído pela Portaria nº 4.550, de 29 de outubro de 2002.

Lei Municipal nº 13.943, de 29 de dezembro de 2004, que proíbe a entrega de animais capturados nas ruas para instituições e centros de pesquisa e ensino.

Lei Municipal nº 14.014, de 30 de junho de 2005, que proíbe, no âmbito do Município de São Paulo, a utilização de animais de qualquer espécie em apresentações de circos e congêneres e dá outras providências.

Lei Municipal nº 14.146, de 11 de abril de 2006, que dispõe sobre a circulação de veículos de tração animal e de animais montados, ou não, em vias do Município de São Paulo e dá outras providências.

Matéria DSP 12223/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 17/08/2026 e juntado ao PL 650/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=755744.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

Lei Municipal nº 14.370, de 16 de abril de 2007, que institui a Semana Municipal de Proteção aos Animais e dá outras providências.

Lei Municipal nº 14.483, de 16 de julho de 2007, que dispõe sobre a criação e a venda no varejo de cães e gatos por estabelecimentos comerciais no Município de São Paulo, bem como sobre as doações em eventos de adoção desses animais, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 14.761, de 5 de junho de 2008, que dispõe sobre a fixação de placa informativa em estabelecimentos que especifica e dá outras providências.

Lei Municipal nº 15.023, de 6 de novembro de 2009, que institui o Programa Municipal de Proteção e Bem-Estar de Cães e Gatos – PROBEM e cria o Núcleo de Proteção e Bem-Estar de Cães e Gatos.

Resolução da Câmara Municipal de São Paulo nº 3, de 17 de dezembro de 2015, que cria o Fórum Municipal de Proteção e Defesa Animal.

Lei Municipal nº 16.532, de 8 de agosto de 2018, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo a Semana de Conscientização e Orientação ao Cuidado e à Saúde do Animal Doméstico e dá outras providências.

Lei Municipal nº 17.321, de 18 de março de 2020, que dispõe sobre normas de funcionamento dos zoológicos e similares situados no Município de São Paulo e dá outras providências.

Lei Municipal nº 17.373, de 13 de julho de 2020, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo a Semana Municipal de Orientação à Adoção Consciente e ao Não Abandono de Animais e dá outras providências.

Lei Municipal nº 17.464, de 9 de setembro de 2020, que dispõe sobre o Estatuto de Proteção, Defesa e Controle das Populações de Animais Domésticos do Município de São Paulo e dá outras providências.

Lei Municipal nº 17.580, de 26 de julho de 2021, que institui o Programa Banco de Ração e dá outras providências.

Lei Municipal nº 17.619, de 20 de agosto de 2021, que dispõe sobre a obrigatoriedade de prestar socorro aos animais atropelados no Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 17.703, de 3 de novembro de 2021, que dispõe sobre a instituição de política pública para fiscalização, destinação, apreensão e manutenção da flora e de animais silvestres e domésticos de pequeno e grande porte, cria o levantamento populacional animal no Município e dá outras providências.

Lei Municipal nº 17.910, de 17 de janeiro de 2023, que veda a nomeação de pessoa condenada, por sentença criminal transitada em julgado e fundamentada na Lei Federal

Matéria DSP 12223/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 17/08/2026 e juntado ao PL 650/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=755744.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha –, para exercer cargo ou emprego público no Município de São Paulo, inclusive nos âmbitos do Poder Legislativo e da Administração Indireta.

Lei Municipal nº 18.147, de 28 de junho de 2024, que proíbe a utilização de animais em atividades desportivas com emissão de poules de aposta em jogos de azar no Município de São Paulo e dá outras providências.

Lei Municipal nº 18.269, de 9 de junho de 2025, que proíbe a realização de tatuagens permanentes ou temporárias, bem como a colocação de piercing em animais para fins estéticos no Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 18.314, de 2 de outubro de 2025, que proíbe o uso de coleiras antilatidos na forma que especifica.

PL 508/2026 — Institui a Política Municipal de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Acumulação Compulsória de Animais e de Objetos no Município de São Paulo e estabelece diretrizes para a atuação intersetorial.

PL 491/2026 — Institui a Política Municipal de Condução Responsável e Prevenção de Acidentes Caninos no Município de São Paulo e altera e acresce dispositivos à Lei nº 13.131, de 18 de maio de 2001.

PL 415/2026 — Institui, no âmbito do Município de São Paulo, o Programa Smart Patas, destinado à prevenção, identificação e responsabilização de autores de abandono e/ou maus-tratos de animais, com integração ao Programa Smart Sampa e ao canal SP156, e dá outras providências.

PL 412/2026 — Dispõe sobre a obrigatoriedade de comunicação de maus-tratos de animais por médicos veterinários e estabelecimentos do setor no Município de São Paulo.

PL 399/2026 — Institui o Programa Municipal de Educação e Proteção Animal Assistida por Cães Institucionais no âmbito da rede de ensino do Município de São Paulo, estabelece diretrizes de bem-estar animal, prevê cooperação institucional com a Polícia Militar do Estado de São Paulo e com a Guarda Civil Metropolitana e cria adicional de atividade especial aos Guardas Civis Metropolitanos participantes.

PL 368/2026 — Altera a Lei nº 14.761, de 5 de junho de 2008, para incluir a notificação obrigatória aos órgãos de segurança pública em caso de maus-tratos animais nos estabelecimentos que especifica, e dá outras providências.

PL 317/2026 — Institui o Programa Cultura de Proteção Animal e Segurança Digital na Rede Municipal de Ensino de São Paulo e dá outras providências.

PL 313/2026 — Institui o Programa Municipal de Apoio às Entidades de Proteção Animal, cria o Programa Agente Protetor dos Animais e o Programa Veterinário Amigo,

Matéria DSP 12223/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 17/08/2026 e juntado ao PL 650/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=755744.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

autoriza parcerias, convênios e cooperação com entidades sem fins lucrativos que acolhem cães e gatos abandonados e estabelece medidas de incentivo fiscal e apoio técnico-veterinário no Município de São Paulo.

PL 239/2026 — Institui o Programa Municipal de Educação para Empatia, Convivência, Saúde Mental e Respeito aos Animais, com participação das famílias, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, e dá outras providências.

PL 152/2026 — Autoriza o Poder Executivo a implantar o Programa Municipal de Educação Humanitária e Proteção Animal “Esta Escola é o Bicho” na Rede Municipal de Ensino de São Paulo e dá outras providências.

PL 151/2026 — Institui a Campanha “Janeiro Vermelho – Cão Orelha” no Município de São Paulo, dedicada à conscientização sobre a proteção animal, prevenção contra a crueldade e promoção da convivência ética multiespécie, e dá outras providências.

PL 101/2026 — Institui o Programa Municipal “Abrigos Comunitários” para acolhimento, proteção e promoção da adoção de animais domésticos em situação de abandono ou maus-tratos e dá outras providências.

PL 68/2026 — Proíbe deixar animais domésticos sem supervisão humana, nos termos que especifica, e dá outras providências.

PL 63/2026 — Altera a Lei nº 13.131, de 18 de maio de 2001, que disciplina a criação, propriedade, posse, guarda, uso e transporte de cães e gatos no Município de São Paulo, para dispor sobre a responsabilidade administrativa dos pais ou responsáveis por menores de 18 anos em casos de maus-tratos a animais, e dá outras providências.

PL 59/2026 — Institui campanha de conscientização sobre o zoosadismo digital.

PL 56/2026 — Institui a Política Municipal de Proteção aos Animais Comunitários.

PL 54/2026 — Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o “Dia Municipal em Memória aos Animais Vítimas de Maus-Tratos”, a ser celebrado anualmente no dia 4 de janeiro, e dá outras providências.

PL 50/2026 — Altera e acresce dispositivos à Lei nº 17.464, de 9 de setembro de 2020, que dispõe sobre o Estatuto de Proteção, Defesa e Controle das Populações de Animais Domésticos do Município de São Paulo, a fim de aprimorar a proteção e o bem-estar animal no Município.

PL 49/2026 — Dispõe sobre a inclusão do mês “Julho Dourado” no Calendário Oficial de Eventos da Cidade de São Paulo, dedicado à promoção da saúde animal e à prevenção de zoonoses, e dá outras providências.

PL 48/2026 Institui a Política Municipal de Proteção e Reconhecimento do Cão e Gato Comunitário no Município de São Paulo - “Lei Orelha", institui o Cadastro Municipal de

Matéria DSP 12223/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 17/08/2026 e juntado ao PL 650/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=755744.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
PROCURADORIA

Agressores de Animais – CMAA, estabelece sanções administrativas, vedações para nomeação, contratação e recebimento de benefícios municipais, cria o Fundo Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal, e dá outras providências.

PL 47/2026 Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007 para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo, a "JaneirOrelha – Mês de Conscientização sobre a relação entre os maus-tratos aos animais e a violência interpessoal (Teoria do Elo)" e dá outras providências.

PL 46/2026 — Altera a Lei Municipal nº 13.131, de 18 de maio de 2001, para proibir posse ou adoção de animais para infratores de maus-tratos aos animais, instituir o Cadastro Municipal de Proteção Animal (CMPA), majorar as sanções administrativas por maus-tratos e tortura contra animais e estabelecer a responsabilização solidária de pais e responsáveis.

PL 43/2026 — Dispõe sobre a aplicação de sanções administrativas e multas por maus-tratos a animais no Município de São Paulo, estabelece competências de fiscalização e dá outras providências.

PL 37/2026 — Institui o Programa Municipal "Semana de Conscientização Cão Orelha".

PL 35/2026 — Institui o Programa Municipal "Semana de Conscientização e Promoção da Empatia no Tratamento aos Animais".

PLO 5/2026 — Altera a Lei Orgânica do Município de São Paulo para instituir a Guarda Civil Metropolitana Animal (GCMA), grupamento especializado na proteção da fauna, atendimento de ocorrências envolvendo animais e auxílio na apuração de crimes ambientais e conexos, e dá outras providências.

PLO 1/2026 — Acrescenta o § 3º ao artigo 188 da Lei Orgânica do Município de São Paulo, a fim de promover o bem-estar animal, combater os maus-tratos animais e dar outras providências.

PL 1528/2025 — Dispõe sobre a aposentadoria de cães agentes em atividades de segurança pública na Guarda Civil Metropolitana e estabelece benefício para seus adotantes no âmbito do Município de São Paulo.

PL 1521/2025 — Institui o Serviço de Atendimento Veterinário de Urgência – SAVU-PET, destinado ao resgate e socorro de animais em situação de emergência e vulnerabilidade no Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 1497/2025 — Autoriza o Poder Executivo a instituir o SAMU-PET – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência Veterinária no Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 1394/2025 — Estabelece diretrizes para a implementação e a oferta de Consultórios Veterinários Móveis de atendimento gratuito aos animais domésticos do Município de São Paulo.

Matéria DSP 12223/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 17/08/2026 e juntado ao PL 650/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=755744.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

PL 1390/2025 — Institui o Programa Bolsa Pet Cidadão no âmbito do Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 1119/2025 — Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Proteção da Causa Animal, define sua composição, funcionamento, competências e a gestão do Fundo Municipal de Proteção Animal, com o objetivo de promover a defesa, proteção e o bem-estar dos animais no Município.

PL 1082/2025 — Dispõe sobre a vedação do acorrentamento de cães e gatos no Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 1079/2025 — Dispõe sobre a criação do Selo “Escola Amiga dos Animais” no Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 930/2025 — Institui o Programa de Fomento à Criação de Lares Temporários para Animais em Situação de Vulnerabilidade e dá outras providências.

PL 911/2025 — Autoriza a aplicação do protocolo CED (Captura, Esterilização e Devolução) para controle populacional de cães e gatos de vida livre no âmbito do Município de São Paulo.

PL 893/2025 — Dispõe sobre a garantia, proteção e o fomento das ações de solidariedade no Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 886/2025 — Dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de serviço compulsório para autores de abandono animal no Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 885/2025 — Institui o Programa “Conexão Animal: Smart Sampa contra o Abandono”, integrando a tecnologia digital à responsabilização por abandono e maus-tratos de animais no Município de São Paulo.

PL 849/2025
Institui campanha de conscientização sobre a identificação de cães e gatos no âmbito do Município de São Paulo.

PL 646/2025
Dispõe sobre a promoção do bem-estar animal e punição de maus-tratos em estabelecimentos prestadores de serviços de banho & tosa e cuidados estéticos, tais como PetShops, e dá outras providências.

PL 617/2025
Institui o selo "Amigo dos Animais" de reconhecimento a empresas, associações e fundações que se destaquem na promoção de iniciativas de proteção animal.

PL 465/2025
Dispõe sobre o reconhecimento, proteção e cuidado dos pets comunitários no município de São Paulo, e dá outras providências.

Matéria DSP 12223/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 17/08/2026 e juntado ao PL 650/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=755744.

autuado por cintiacarrer em 17/08/2026 11:44:01.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

PL 311/2025
Proíbe o uso de violência física e psicológica no adestramento de animais domésticos.

PL 532/2022
Altera a lei 14.485, com a finalidade de inserir no Calendário Oficial de Eventos, no âmbito do Município de São Paulo, a Semana da Conscientização Animal, e dá outras providências.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 17 de agosto de 2026.

CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068

Matéria DSP 12223/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 17/08/2026 e juntado ao PL 650/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=755744.